

FAIPE – FÓRUM INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

51 gerou muita polemica por ter sido feito predominantemente pela área da saúde, do que a educação e
52 segmento PCD, o MP está se discutido no CNE uma nota de repúdio sobre os dois Pareceres 50 e 51,
53 por haver uma interferência que não foi realizada em conjunto os que atuam na área da Educação
54 Inclusiva, ressalta sobre o evento em abril que tratará deste tema, onde a Promotoria utiliza de muitos
55 dos dados e apontamentos do FAIPE para serem compartilhados com todo o Estado de MT, para as
56 Promotorias de Justiça, Secretarias Municipais, também via UNDIME, onde terá um
57 acompanhamento e atenção especial por parte das Promotorias de Educação e Promotores do Estado
58 neste tema. A apresentação do Promotor, que será disponibilizada via e-mail a todos os participantes,
59 onde pontua atuação do FAIPE e seus objetivos, salienta que é necessário a presença do representante
60 da rede privada de educação na participação do Fórum, salienta sobre a meta 02, uma análise realizada
61 com o ensino fundamental, onde a evasão e abandono escolar está se instaurando nesta fase
62 educacional e não apenas no ensino médio, Pesquisa da Data Folha desta semana, segue os links:
63 [https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/pesquisa-73percent-dos-jovens-que-estao-fora-](https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/pesquisa-73percent-dos-jovens-que-estao-fora-da-escola-querem-concluir-a-educacao-basica-mas-conciliar-trabalho-com-estudos-e-o-maior-desafio.ghtml)
64 [da-escola-querem-concluir-a-educacao-basica-mas-conciliar-trabalho-com-estudos-e-o-maior-](https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/pesquisa-73percent-dos-jovens-que-estao-fora-da-escola-querem-concluir-a-educacao-basica-mas-conciliar-trabalho-com-estudos-e-o-maior-desafio.ghtml)
65 [desafio.ghtml](https://digital.estadao.com.br/article/281509346157289), <https://digital.estadao.com.br/article/281509346157289>, por desmotivação da aula,
66 necessidade de trabalhar para contribuir na renda familiar, o que até justificou que a bolsa que o
67 Governo irá disponibilizar no Programa pé-de-meia, não será suficiente e será necessário se pensar
68 em novas estratégias para a educação, [https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/pesquisa-](https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/pesquisa-73percent-dos-jovens-que-estao-fora-da-escola-querem-concluir-a-educacao-basica-mas-conciliar-trabalho-com-estudos-e-o-maior-desafio.ghtml)
69 [73percent-dos-jovens-que-estao-fora-da-escola-querem-concluir-a-educacao-basica-mas-conciliar-](https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/pesquisa-73percent-dos-jovens-que-estao-fora-da-escola-querem-concluir-a-educacao-basica-mas-conciliar-trabalho-com-estudos-e-o-maior-desafio.ghtml)
70 [trabalho-com-estudos-e-o-maior-desafio.ghtml](https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/11/pesquisa-73percent-dos-jovens-que-estao-fora-da-escola-querem-concluir-a-educacao-basica-mas-conciliar-trabalho-com-estudos-e-o-maior-desafio.ghtml), inclusive a Secretaria de Educação está ampliando
71 seu programa de ensino profissionalizante para incentivar os alunos a não desistirem da faculdade e
72 da finalização dos estudos, parceria com o SENAI, SESITECI e IFMT, cada dia mais os jovens não
73 querem estar na escola e sim trabalhando, Sr. Marco da SME salienta que existe muito mais situações
74 envolvidas e que a educação é só o resultado de tudo; o Promotor ressalta que o MP tem um pacto
75 com o GAEPE sobre alfabetização na primeira infância e é algo a ser trabalhado na esfera municipal,
76 que foi repassado à UNDIME para acompanhamento e monitoramento, ainda pontuando sobre os
77 objetivos, ressalta sobre a Meta 6, que ficou longe de ser atendida em todo o país e a Meta 10 que é
78 um preocupação também por não cumprir sobre a alfabetização de jovens e adultos, pois se inicia
79 com grande numero de matrículas, logo vão desistindo por terem que trabalhar ou outros impecílios,
80 não atingindo a Meta estabelecida pelo PNE, apresenta sobre as Metas pré estabelecidas na pauta,
81 para esta reunião, onde constam algumas alterações propostas pelo CONAE na finalização do PNE,
82 a Meta 1, a população de 0 a 4 anos não foram coletados pelo IBGE nos anos de 2020- 2021. O
83 indicador de desigualdade de acesso à creche entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da
84 população de 0 a 3 anos chega em 2019 a 27,3, muito acima, portanto, do que estabelece a Estratégia
85 1.2 do PNE (10,0), permanece a necessidade de políticas para estimular os municípios a atenderem
86 com prioridade, em creches, as crianças do grupo de renda mais baixa, em virtude da maior demanda
87 nesse grupo, entende-se que será repetida no novo Plano; O Sr. Geraldo Grossi ressalta que esta meta
88 vem sendo não alcançada a 10 anos visto que não se atinge os 50% estimado pelos Planos; o Dr.
89 Miguel ressalta que existe no Congresso um lei para que continue com esse plano até que se aprove
90 o outro, porém que existe num novo questionamento onde pontua sobre a responsabilização do não
91 cumprimento do PNE, sempre aparecesse uma carta de compromisso porém nada se concretiza,
92 apenas há um engajamento para a concretização do Plano inicial e depois não existe continuidade, o
93 Sr. Geraldo, salienta que neste ano os governos estaduais, municipais e federais tem até março, que
94 fazer o plano anual orçamentário para o ano seguinte, para ser aprovado em setembro no congresso,
95 é necessário chamar para unir esforços para agir em conjunto sobre quanto do orçamento estará
96 disponível para o PNE do ano seguinte, caso contrário ficará apenas a carta de intenção, sem
97 cobranças, devido isso o Promotor completa que existe a necessidade de unir nesse proposito, ou não
98 se concretizarão as Metas, a exemplo das creches, sem orçamento ficam para segundo plano, SR.
99 Geraldo sugere, que enquanto FAIPE fazer uma Nota Pública alertando aos Prefeitos e Secretários da
100 importância de considerar o PNE que se encerra para se planejar os orçamentos para o próximo Plano

FLAPE – FÓRUM INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

101 para garantir esses défices, a SR. Vanilda acrescenta que faz se necessário a responsabilização sim,
102 porém naquilo que o município consegue oferecer, as vezes não se é possível fazer para atender, o
103 estudo do planejamento deve envolver todos os líderes representantes, para que a cobrança gerada
104 depois, não seja por falta de planejamento estrutural dos municípios, visto que essas situações são
105 acompanhadas pela UNDIME, visto que o crescimento infantil é grande e, é preciso dialogar com os
106 prefeitos, para visualizar a possibilidade de espaço físico, estrutural, a fim de sanar essa situação de
107 não ter creches, por exemplo, para atender toda a necessidade; no que tange a Meta 2, as regiões Norte
108 e Nordeste foram as mais afetadas, mas todas ficaram, em 2021, abaixo da linha de base do PNE, e
109 houve ainda aumento da desigualdade entre as regiões mais e menos desenvolvidas do País, o mesmo
110 retrocesso ocorreu nas unidades da Federação, com 21 delas atingindo cobertura na faixa etária de 6
111 a 14 anos inferior à que possuíam em 2013, ano-base do PNE 2014- 2024; acrescenta ainda que o
112 Plano não teve 75% de suas metas atingidas e, teve um retrocesso que já havia sido notado em 2013
113 quando este Plano atual foi construído, uma situação bem desafiadora, na Meta 4, com a ausência do
114 Censo Demográfico em 2020 impede que se disponha de informações atualizadas acerca da
115 universalização do acesso à escola para a população de 4 a 17 anos de idade com deficiência,
116 transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação, os dados mostram
117 que se manteve o crescimento das matrículas em relação ao último relatório, alcançando-se 93,5%
118 das matrículas do público-alvo em 2021, no que se refere ao atendimento educacional especializado
119 (AEE), o percentual, no mesmo ano, era menor: 46,2% das matrículas do referido grupo, o percentual
120 de matrículas em classes comuns, em 2021, 49,5% das matrículas receberam o AEE e estavam em
121 classes comuns de educação básica; existe uma preocupação com a Educação Inclusiva, pois se pensa
122 que está consolidado, os Planos mudam, aprova-se um Decreto, vem outro Parecer, uma aprovação
123 de Legislação, que inclusive a Sr. Paula, coordenadora da Educação Especial da SEDUC, com esse
124 desafio de pensar uma Política Pública para Educação Inclusiva, onde já foram verificados com a
125 comunidade alguns pontos e trabalhando na apresentação da Política que já está elaborada, será
126 homologada pelos que participaram do processo desde o início, um projeto desafiador, um dos pontos,
127 é não ter no Brasil um banco de dados sobre quantificação, localização e tipos de deficiências,
128 transtorno do neuro conhecimento, todos apresentam necessidades e precisam desse olhar na
129 educação no atendimento, que foi uma grande dificuldade na Meta 4, por não ter essa mapeação; para
130 atingir essa Meta 4, precisamos de mais comunicação com outros órgãos, que obtém essas
131 informações, para suprir esse mapeamento com a quantificação correta; Sr. Geraldo reforça que é
132 necessário se adequar o SENSÓ, em nível nacional, IBGE, INEP, para que as perguntas sejam
133 adequadas às pesquisas necessárias para atender o PNE, inclusive a identificação dos PCD's e
134 recebimento de benefícios; o Promotor acrescenta que indicou às DRE's que se façam revisão dos
135 Planos Pedagógicos das escolas privadas, para verificar os atendimentos inclusive dos atendimentos
136 as crianças e os AEE's acompanhantes, muitas não tem, mesmo sendo credenciadas e autorizadas
137 pelo CEE, recomenda-se pelo MP que se coloque no Portal da Escola privada, que tem vagas para
138 educação inclusiva, a Sra. Maria Luiza ressalta que quando estava no CEE, a resposta das escolas
139 privadas era, que a criança com deficiência demanda mais custeio e a mensalidade tem que ser a
140 mesma para todos, o que gera conflitos, por isso optam não atender, mesmo tendo os profissionais da
141 saúde para tender os alunos, mas não para a educação inclusiva, Sra. Maria Rosa Luzardo inclui que
142 o CEE orienta as escolas privadas para obterem laboratórios, salas de recursos, espaços para
143 atendimento, o AEE para atendimento do estudante fora da sala de aula, pelo CEE foi conseguido
144 assegurar que fosse atendido minimamente esses pontos apontados nas escolas privadas, Dr. Miguel
145 pontua sobre a atualização na Normativa da Educação Inclusiva com a colocação de atendimento para
146 os alunos PCD's nas escolas especificando no quantitativo, já disseminou a informação para as
147 Secretarias de Educação (que confirmaram recebimento); porém segundo Sra. Debora, em algumas
148 vezes não é possível atender nas creches, pela falta de escolas mas no ensino fundamental estão sendo
149 atendidos conforme necessidade; Sr. Geraldo solicitou ao FLAPE que fosse feito um levantamento via
150 outros Fóruns Municipais sobre o quantitativo referente a Meta 4 e 19, para poder identificar o número

FLAPE – FÓRUM INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

151 de pessoas PCD's, o Promotor pontua que tem se reunido com outros Promotores e com o MEC para
152 analisar os 2 pareceres, subsidiando o próprio MEC na conduta sobre essa análise quantitativa de
153 dados; na sequência a Sra. Kelly e o Sr. Ricardo da SEDUC apresentou os dados sobre as avaliações
154 de 2023, como AVALIA MT, Avaliação de Fluência, Somativa, que atendem as Metas 2, 5 e 7,
155 (conforme anexo apresentação), reforça que o município de Cuiabá aderiu à Avaliação de fluência,
156 que aumenta o número da pesquisa; destacam que existe o aluno abaixo da proficiência a média
157 máscara a realidade, ou seja, a somatória e divisão encobrem os resultados reais, mostrando a
158 desigualdade na equidade educacional, reforça que só se conseguem ser atingidos e melhorados com
159 as parcerias e ainda temos muitos desafios; visto ainda que um grupo grande de 20% de alunos que
160 estão saindo do 3º ano e vão para o ano seguinte não alfabetizados, o que preocupa bastante, o
161 Promotor indaga, qual a taxa de ênfase da rede estadual, respondendo, 80% estão com
162 habilidades mínimas em língua portuguesa, o INEP – Compromisso Nacional da Criança
163 Alfabetizada, [https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/governo-federal-lanca-](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/governo-federal-lanca-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada)
164 [compromisso-nacional-crianca-alfabetizada](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/governo-federal-lanca-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada), está finalizando um indicador desses números por
165 município, Sr. Geraldo complementa, o último relatório do PNE tem essa informação, Sra. Vanilda
166 complementa, tem um servidor da UNDIME e da SEDUC que estão percorrendo os 26 estados e
167 distrito para verificar esse quantitativo e auxiliar na base de dados e que todo recuso que vem do
168 VAAR para a educação, vai através da questão da equidade e os municípios que não alcançam esse
169 recurso é porque não cuidam dessa questão, só terão o dinheiro se tiverem a aprendizagem, por isso
170 a responsabilização; ressalta que a comunidade escolar está atuando diretamente nas escutas e
171 direcionamentos das discussões dos recursos financeiros das escolas, destacando que os alunos do 5º
172 ano são os alunos da Pandemia; o Promotor salienta que os pais não acompanham os filhos e não
173 participam das reuniões das escolas, partir do ensino fundamental 2, o que acarreta na diminuição da
174 produtividade e aprendizado educacional; na sequência a SME apresentou os dados, ressaltando sobre
175 o projeto de lei que a criança tem direito de estudar próximo da residência ou do trabalho do
176 responsável, porém o crescimento populacional traz prejuízos pela falta de planejamento das criações
177 de bairros, onde não se veem escolas e UBS; pontua sobre a matrícula informatizada que auxilia
178 bastante nos atendimentos das vagas de alunos, localização de vagas, sem a necessidade de ir até a
179 escola, mais celeridade; O Sr. Carlos ressalta que é necessário o diálogo entre a saúde, educação e
180 assistência social para analisar os dados, atendendo a situação básica das políticas públicas conjuntas,
181 para atender as necessidades, salientam a importância do Censo e a saúde, mensurarem o quantitativo
182 de crianças com deficiência; pois o número de crianças com autismo, por exemplo, vem crescendo a
183 cada dia, é necessário ter condições de atendimento e inclusão adequados à essas crianças; sobre o
184 redimensionamento atendeu um maior número de alunos que são de responsabilidade do município
185 passando 2541 alunos para o estado e recebendo 1860 alunos; esclareceu-se que o Governador em
186 reunião sinalizou que irá contribuir com as construções das creches para atender situação do
187 município; dando sequência a SMECEL apresentou os dados das metas do PNE, evidenciando a
188 estruturação dos PME, onde não contemplavam as situações reais dos municípios, pensar orientar
189 propor ação para cumprir as ações do Plano sem suas metas; ressalta que Várzea Grande encaminhou
190 o relatório, porém faltam 17 municípios entregarem o relatório do acompanhamento do
191 redimensionamento, a SEDUC está acompanhando as entregas, para encaminhar para o FEE; logo na
192 sequência a Sra. Paula coordenadora da Educação Especial da SEDUC sinalizando a Meta 4, acesso,
193 permanência e socialização dos estudantes, apresentando o painel com os dados de profissionais da
194 educação especial e alunos PAED; ressaltando como a saúde e a assistência social poderiam articular
195 um espaço de atendimento a esse estudante após a uma determinada data, visto que não há
196 terminalidade escolar para esses alunos, a Sra. Maria Luiza pontua sobre a formação dos profissionais
197 de educação, para ao atendimento desses alunos, na área dos planos da educação, nas formações
198 superiores, Dr. Miguel ressalta que o MP, devido nosso planejamento estratégico está com ações e
199 parceiros a fim de atender esses tipos de demandas, com parcerias com Tribunal de Contas o com
200 capacitações para todos os profissionais da educação, Sra. Paula pontua que este ano, a SEDUC

FIAPE – FÓRUM INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

201 iniciou o ano com formações para os profissionais para atuarem nestes atendimentos, a Sra. Vanilda
202 esclarece que os municípios estão tendo dificuldade em ter profissionais para atribuir em sala de aula,
203 pois muitos estão trocando para o atendimento dos alunos PAED e ficando sem o profissional na sala
204 de aula; o Promotor, Dr. Miguel retoma a fala agradece mais uma vez a presença de todos, salienta
205 que são de suma importância e relevância as discussões do Fórum, que foi muito produtivo, ressalta
206 sobre as datas, 15 e 16 de maio, terá reunião dos Conselhos de Alimentação do Centro Oeste, 24, 25
207 e 26 de abril terá o IDEB, e 26 de abril terá um encontro da Educação Inclusiva no Ministério público,
208 convidamos a todos, deixando já pré-agendado a próxima reunião do FIAPE para **oito de agosto de**
209 **2024**, trazendo como pauta: **as Metas 05, 06, 07, 09 e 10 do Plano Nacional de Educação, as**
210 **avaliações do IDEB, EJA; Nova lei da Gestão Democrática e elaborar um documento para**
211 **enviar aos municípios e estado solicitando o atendimento das metas municipais e estaduais de**
212 **educação e orçamento da Educação.** Agradece mais uma vez, desejando felicitações de boas festas
213 a todos e finaliza sua fala. Nada mais havendo a constar, assino e encerro está presente Ata.

214
215
216
217
218
219
220
221
222
223

Miguel Shessarenko Junior
Promotor de Justiça